



CARLOS SANTIAGO  
csantiago@jundiá.com.br

### Audiência hoje

A Unidade de Governo e Finanças de Jundiá realiza audiência pública sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nesta terça-feira (31), a partir das 9h, na Câmara Municipal de Jundiá. O encontro será conduzido pelo gestor José Antônio Parimoschi, que também acumula a Unidade de Educação em Jundiá.

### Pessoas críticas

O vereador de Jundiá Wagner Ligabó (PPS) comentou durante sessão ordinária a importância de os colegas terem derubado o veto do Executivo a projeto de Edicarlo Vieira defendendo transparência em licitações. "Aprendemos que, na gestão e fiscalização de contratos administrativos, existem as pessoas físicas, as jurídicas e as pessoas críticas - os 'laranjas', que tantos transtornos causam à sociedade".

### Capoeira

Três capoeiristas jundiáenses vão representar o município durante o evento 'Mulheraça', que será realizado em Londres, reunindo jogadores do mundo todo. As capoeiristas Contra-Mestre 'Sereia', Professora Longui e 'Borboleta' utilizaram a tribuna da Câmara para agradecer pelo apoio e pedir a torcida jundiáense. O evento será nos dias 13 e 14 de junho.

### Pedofilia

O vereador Pastor Roberto Conde (PRB) estará, em breve, fazendo palestra aos alunos do Colégio Criarte a respeito de questões ligadas à pedofilia. Ele foi convidado esta semana por um professor daquela instituição e, agora, aguarda a data para a conversa que terá tanto com alunos quanto com os pais dos estudantes.

### Artilheiro

O vereador Marcelo Gastaldo (PTB) lembrou os tempos em que era o 'terror dos adversários', jogando bola com os colegas na quadra da Escola Estadual 'Padre Maurílio Tomanik', para pedir apoio à Moção encaminhada à Educação estadual, em que pede reformas urgentes e cobertura da quadra daquele estabelecimento.

### Recusou

Osmar Serraglio não aceitou o convite para ser o ministro da Transparência depois de ser tirado do Ministério da Justiça pelo presidente Michel Temer. Ele deve voltar para a Câmara, onde tem mandato de deputado federal pelo PMDB do Paraná. A consequência da decisão é a saída definitiva do deputado afastado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), alvo de inquérito no STF. Loures é suplente de Serraglio e assumiu o mandato do deputado após sua ida para o ministério.

### APOSENTADOS

Projeto aprovado ontem define duas faixas de isenção: 100% para até 180 m<sup>2</sup> construídos; e 50% para as demais áreas

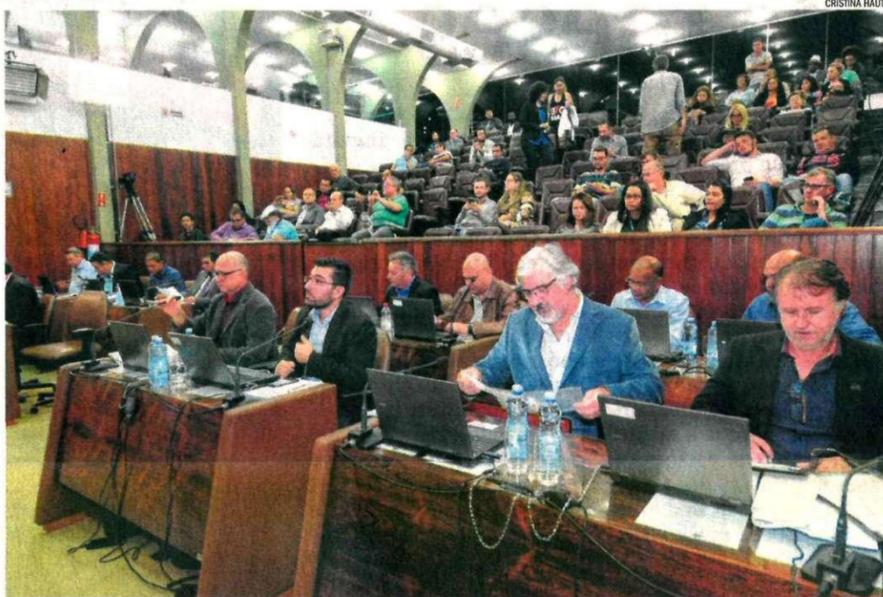
# Tamanho do imóvel vai definir a faixa de isenção de IPTU

CARLOS SANTIAGO  
csantiago@jundiá.com.br

Os vereadores aprovaram o projeto de lei complementar 966/2013, de autoria de Rafael Antonucci (PSDB), sobre os critérios para a concessão de isenção do pagamento do IPTU a aposentados e pensionistas. O projeto foi aprovado por 19 votos favoráveis. Também foi aprovada uma emenda que prevê percentuais de isenção do IPTU em relação à área do imóvel. Assim, quem tem área construída até 180 metros quadrados pode se beneficiar de 100% da isenção. Para as demais áreas construídas, a isenção será de 50%.

Outra emenda, no entanto, foi retirada a pedido do autor (Paulo Sérgio Martins, PPS). A emenda alterava a redação para beneficiar aposentados e pensionistas que recebessem até cinco salários mínimos. Permanecem, portanto, se beneficiando da isenção, aposentados e pensionistas que recebem até três salários mínimos, como já constava do projeto original.

Na sequência, os vereadores derrubaram o veto total



SESSÃO MORNA Vereadores da Casa não tiveram grandes debates; uma emenda e um projeto foram retirados da pauta

que fora apostado pelo Executivo ao projeto de lei 12.216/17, de autoria de Edicarlo Vieira (PSD). O projeto veda a participação, em licitações e a contratação de empresas cujos sócios ou proprietários tenham condenação por improbidade administrativa, crimes contra a administração pública ou outros ilícitos que impliquem malversação de

recursos públicos. "Temos problemas gigantescos de corrupção em nosso País. Com este projeto, temos mais um instrumento de luta em prol da população", defendeu o autor do projeto. O veto do Executivo foi rejeitado com 18 votos.

Também foram aprovadas o projeto de lei 12.251/17, do Executivo, ratificando a lei 8.763/17, que

reestrutura a administração; e o projeto de lei 12.259/17 (de Cícero da Saúde, PROS), prevendo, nas unidades municipais de saúde, livro para reclamações e sugestões.

### Moções

Três moções foram aprovadas: a 31/2017, de Leandro Palmarini (PV), de apoio a projeto do deputa-

do federal Ricardo Izar (que veda a utilização de animais em atividades de laboratório para pesquisa de cosméticos em humanos); 33/2017 (de Marcelo Gastaldo, PTB), apelando à Secretaria de Estado da Educação e à Fundação para o Desenvolvimento da Educação pelos trabalhos de reforma e cobertura da quadra de esportes na Escola "Padre Maurílio Tomanik"; e 34/2017 (de Paulo Sérgio Martins, PPS), de apoio à Proposta de Emenda à Constituição 102/2011, do senador Blairo Maggi, que permite aos Estados unificar suas polícias em uma única corporação civil estadual.

### Retirado

Foi retirado o projeto 12.221/17 (de Romildo Antônio, PR), exigindo sistema de desarme automático de segurança em bomba de posto de combustíveis; e foi adiado, a pedido do líder do governo na Câmara, vereador Faouaz Taha (PSDB), o projeto de lei 12.252/17, do Executivo (revogando a Lei 3.396/89, que exige referendo legislativo para prorrogação de contrato de exploração de serviço público).

### DEPUTADO ESTADUAL

## Aprillanti participa de evento para autorizar reforma em escola

O deputado estadual Junior Aprillanti (PSB) participou da cerimônia de assinatura da autorização para a realização de obras na Escola Estadual Profª Benedita Arruda, no Agapeama, em Jundiá. Ao todo, serão destinados R\$ 150 mil para benfeitorias no prédio.

"Investir em educação é fundamental; 720 alunos serão beneficiados. Eles serão os fiscais das obras, presentes, diariamente. A escola é um importante espaço à formação deles e das próximas gerações", afirma o deputado Junior Aprillanti.

Em seu discurso, destacou que seu trabalho de intermediação junto ao governo do Estado tem trazido bons resultados para a Região. Ele lembrou da liberação dos R\$ 12 milhões destinados ao Hospital São Vicente. A tramitação célere da emenda parlamentar que destinou ao município de Várzea Paulista, para a reali-



CERIMÔNIA Aprillanti com a direção da escola que será beneficiada no Agapeama

zação de melhorias na marginal do Rio Jundiá e a construção das alças de acesso da rodovia Anhanguera.

Pelo documento assinado na sexta-feira (26), serão realizadas as seguintes benfeitorias: pintura das salas de aula, troca de telhas e reforma do telhado, troca do piso da quadra, entre outras. A Escola Estadual Benedita Arruda tem 65 anos e abriga

alunos dos ensinos fundamental 2, médio e educação especial.

Além do deputado estadual Junior Aprillanti compareceram ao evento autoridades estaduais, federais, municipais, além do secretário adjunto de Educação, Francisco Carbonari e do presidente do FDE (Fundação para o Desenvolvimento da Educação), João Cury Neto.

### PREFEITO DE ITUPEVA

## Justiça cassa mandato de Marcão Marchi

A Justiça Eleitoral cassou os mandatos do prefeito de Itupeva, Marcão Marchi (PSD), e do vice-prefeito daquele município, Alexandre Mustafá (PSDB). A sentença expedida pelo juiz Márcio Estevan Fernandes cassa os diplomas dos dois, torna ambos inelegíveis por oito anos, declara nulos os votos recebidos pela dupla nas eleições de 2016 e determina uma nova contagem de votos.

O juiz argumenta que Marchi e Mustafá incorreram em abuso de poder econômico ao se beneficiarem de reportagens publicadas no jornal 'Gazeta de Itupeva' - que teria, segundo a justificativa do magistrado, sido criado com a finalidade de 'marcar posição favorável a um determinado candidato, ameaçando o equilíbrio entre os partidos do pleito e a normalidade do processo eleitoral'.

Em nota, o prefeito Marcão Marchi disse que re-



TRANQUILO Marcão disse que continua em marcha a administração

cebeu 'com tranquilidade' a decisão judicial e que aguarda 'com serenidade' que a sentença seja reexaminada e reformada pela Justiça. Prossegue a nota: "Continua em marcha a atual administração municipal, na busca por reconstruir o município, recuperando as finanças e melhorando sempre a qualidade das obras e serviços postos à disposição dos municípios de Itupeva." (C.S.)

### POR ESCRITO

## Ministro autoriza depoimento de Temer à PF

O ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin autorizou a Polícia Federal a tomar o depoimento do presidente Michel Temer. De acordo com a decisão, Temer deverá depor por escrito e terá 24 horas para responder aos questionamentos dos delegados após receber as perguntas sobre as citações nos depoimentos de delação da JBS.

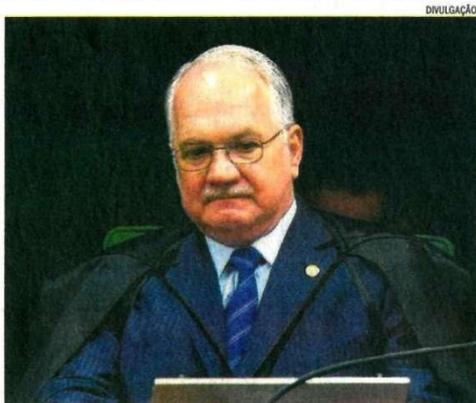
"A oitiva deve ocorrer, por escrito, com prazo de 24h para as respostas formuladas pela autoridade policial, a contar da entrega, ante a existência de prisão preventiva vin-

culada ao caderno indiciário", disse Fachin.

Na semana passada, a defesa de Temer recorreu ao Supremo para suspender a tentativa da PF de ouvir o presidente, investigado na Corte após Temer ter sido citado nos depoimentos de delação premiada da JBS. Em petição enviada ao ministro, relator do inquérito contra o presidente no STF, os advogados sustentam que Temer não pode prestar depoimento porque ainda não está pronta a perícia que está sendo feita pela própria PF no áudio no qual o empresário

Joesley Batista, dono da JBS, gravou uma conversa com o presidente.

"Não obstante, com o devido respeito, entende-se como providência inadequada e precipitada, conquanto ainda pendente de conclusão a perícia no áudio gravado por um dos delatores, diligência extremamente necessária diante das dúvidas gravíssimas levantadas - até o momento - por três perícias divulgadas, disse a defesa. Na mesma decisão, Fachin concedeu prazo de 10 dias para que a PF finalize a investigação. (A.B.)



EDSON FACHIN Ministro do STF afirma que Temer terá 24h para responder